



ERRATA 01 - EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019 CÂMARA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO

Retifica e complementa o Edital do Concurso Público nº 01/2019 da Câmara Municipal de Patrocínio, publicado em 24 de setembro de 2019.

A Câmara Municipal de Patrocínio e a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep) tornam públicas aos interessados a retificação e a complementação do Edital do Concurso Público nº **01/2019**, cujas alterações estão elencadas a seguir:

1. Altera-se no ANEXO III – PROGAMAS, para todos os cargos, que passa a vigorar com a seguinte redação:

ONDE SE LÊ:

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (TODOS OS CARGOS)

PROGRAMA

Conhecimento da legislação municipal no que se refere ao Estatuto do Servidor e a Lei Orgânica Municipal. Constituição da República Federativa do Brasil.

REFERÊNCIAS

PATROCÍNIO. Lei Complementar nº 60, de 1º de outubro de 2009. Dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos do município de Patrocínio, suas autarquias, fundações e Câmara municipal, revoga a Lei Complementar nº 36 de 06 de fevereiro de 2006 e dá outras providências.

PATROCÍNIO. Lei Orgânica do Município.

BRASIL. Constituição da República de 1988: Art. 1º ao 69.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 32. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. 10. ed. Salvador: JusPodivm, 2018.

LEIA –SE:

LEGISLAÇÃO ~~MUNICIPAL~~ (TODOS OS CARGOS)

PROGRAMA

Conhecimento da legislação municipal no que se refere ao Estatuto do Servidor e a Lei Orgânica Municipal. Constituição da República Federativa do Brasil.

REFERÊNCIAS

PATROCÍNIO. Lei Complementar nº 60, de 1º de outubro de 2009. Dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos do município de Patrocínio, suas autarquias, fundações e Câmara municipal, revoga a Lei Complementar nº 36 de 06 de fevereiro de 2006 e dá outras providências.

PATROCÍNIO. Lei Orgânica do Município.

BRASIL. Constituição da República de 1988: Art. 1º ao 69.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 32. ed. São Paulo: Atlas, 2018.



ERRATA 01 - EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019 CÂMARA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. 10. ed. Salvador: JusPodivm, 2018.

2. Altera-se no ANEXO III – PROGRAMAS, para o cargo de **CONTROLADOR INTERNO**, que passa a vigorar com a seguinte redação:

ONDE SE LÊ:

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: CONTROLADOR INTERNO

PROGRAMA

Demonstrações contábeis no setor público e seus elementos constituintes. Consolidação das demonstrações contábeis no setor público. Apresentação de Informação no Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público.

Demonstrações contábeis no setor público: definições, objetivos alcance, tipos, conteúdo (elementos), formas de apresentação, inter-relação entre as demonstrações, e obrigatoriedade de apresentação. Bases para a apresentação de demonstrações contábeis.

Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público. Função, Autoridade e Alcance da Estrutura Conceitual. Objetivos e Usuários da Informação Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público. Características Qualitativas da informação contábil.

Ativo, passivo e patrimônio líquido segundo as normas do CFC (Conselho Federal de Contabilidade): definições, classificação das contas, subgrupos (grupos de contas), reconhecimento, critérios (bases) de avaliação (mensuração).

Combinações de entidades no setor público. Contratos de Concessão de Serviços Públicos. Contratos de prestação de serviços. Reconhecimento de ativos e de passivos da concessão de serviços. Subvenção e assistência governamental.

Auditoria de demonstrações contábeis. Objetivos do auditor, risco de auditoria, ceticismo e julgamento profissional do auditor. Planejamento da auditoria de demonstrações contábeis. Evidências de auditoria.

Tratamento contábil para estoques, ativos intangíveis e ativos imobilizados. Depreciação, amortização e perda de ativos. Ajuste a Valor Presente de elementos do ativo e do passivo. Valor justo e valor em uso. Perda por desvalorização. Redução ao valor recuperável de ativos.

Critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriados a provisões e a passivos e ativos contingentes. Avaliação e mensuração de ativos e passivos em entidades do setor público. Normas legais aplicáveis ao Orçamento Público.

Controle interno e externo no setor público. Levantamento de contas, tomada de contas e prestação de contas na administração pública.

Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual: finalidade, importância, relação com as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública estabelecidas no Plano Plurianual.

Conteúdo, forma e processo de elaboração de proposta orçamentária. Plano de contas aplicado ao setor público. Aprovação, execução, acompanhamento, controle da execução, fiscalização e avaliação do orçamento público.

Orçamento Público: conceito, classificação, tipos, princípios orçamentários, ciclo orçamentário, elaboração do orçamento, previsões anuais e plurianuais, exercício financeiro, créditos adicionais, orçamento por programas, diretrizes orçamentárias, programação financeira e transferências financeiras.



ERRATA 01 - EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019 CÂMARA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO

Receita e despesa públicas: definições, classificações, estágios (etapas), procedimentos contábeis e divulgação (evidenciação), tratamento legal, forma de contabilização, observância dos princípios contábeis. Receitas e despesas orçamentárias e extra orçamentárias. Restos a pagar. Dívida pública. Despesas de exercícios anteriores. Operações de crédito.

Princípios, objetivos e efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal no planejamento e no processo orçamentário. Mecanismos de transparência fiscal. Demonstrativos Fiscais: riscos fiscais e providências, metas fiscais, evolução do patrimônio líquido, alienação de ativos, características e conteúdo de cada um dos demonstrativos obrigatórios. Relatório de Gestão Fiscal: características e conteúdo de cada um dos seus componentes.

REFERÊNCIAS

Lei Federal Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Manual de demonstrativos fiscais: aplicado à União e aos estados, Distrito Federal e municípios, 9ª edição.

Manual de contabilidade aplicada ao setor público - MCASP, 8ª edição.

BRASIL. Resoluções do CFC (Conselho Federal de Contabilidade), sempre a versão vigente, mais atualizada (R1, R2, R3, ...) na data da publicação do programa:

- NBC TA 200 (objetivos gerais do auditor independente e a condução da auditoria em conformidade com normas de auditoria)
- NBC TA 230 (documentação de auditoria)
- NBC TA 300 planejamento da auditoria de demonstrações contábeis)
- NBC TA 500 (evidência de auditoria)
- NBC TG 01 (redução ao valor recuperável de ativos)
- NBC TG 03 (demonstração dos fluxos de caixa)
- NBC TG 04 (ativo intangível)
- NBC TG 07 (subvenção e assistência governamentais)
- NBC TG 12 (ajuste a valor presente)
- NBC TG 16 (estoques)
- NBC TG 25 (provisões, passivos contingentes e ativos contingentes)
- NBC TG 26 (apresentação das demonstrações contábeis)
- NBC TG 27 (ativo imobilizado)
- NBC TG 36 (demonstrações contábeis consolidadas)
- NBC TG 47 (receita de contrato com cliente)
- NBC TSP 04 (Estoques)
- NBC TSP 05 (Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente)
- NBC TSP 07 (ativo imobilizado)
- NBC TSP 08 (ativo intangível)
- NBC TSP 11 (apresentação das demonstrações contábeis)
- NBC TSP 17 (demonstrações contábeis consolidadas)
- NBC TSP 21 (combinações no setor público)
- NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL



ERRATA 01 - EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019 CÂMARA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO

LEIA-SE:

PROGRAMA

Demonstrações contábeis no setor público e seus elementos constituintes. Consolidação das demonstrações contábeis no setor público. Apresentação de Informação no Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público.

Demonstrações contábeis no setor público: definições, objetivos alcance, tipos, conteúdo (elementos), formas de apresentação, inter-relação entre as demonstrações, e obrigatoriedade de apresentação. Bases para a apresentação de demonstrações contábeis.

Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público. Função, Autoridade e Alcance da Estrutura Conceitual. Objetivos e Usuários da Informação Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público. Características Qualitativas da informação contábil.

Ativo, passivo e patrimônio líquido segundo as normas do CFC (Conselho Federal de Contabilidade): definições, classificação das contas, subgrupos (grupos de contas), reconhecimento, critérios (bases) de avaliação (mensuração).

Combinações de entidades no setor público. Contratos de Concessão de Serviços Públicos. Contratos de prestação de serviços. Reconhecimento de ativos e de passivos da concessão de serviços. Subvenção e assistência governamental.

Auditoria de demonstrações contábeis. Objetivos do auditor, riscos de auditoria, ceticismo e julgamento profissional do auditor. Planejamento da auditoria de demonstrações contábeis. Evidências de auditoria.

Tratamento contábil para estoques, ativos intangíveis e ativos imobilizados. Depreciação, amortização e perda de ativos. Ajuste a Valor Presente de elementos do ativo e do passivo. Valor justo e valor em uso. Perda por desvalorização. Redução ao valor recuperável de ativos.

Crítérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriados a provisões e a passivos e ativos contingentes. Avaliação e mensuração de ativos e passivos em entidades do setor público. Normas legais aplicáveis ao Orçamento Público.

Identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis por meio do controle interno da entidade. Ambiente de controle interno da entidade. Componentes do controle interno. Procedimentos de auditoria em resposta aos riscos avaliados de distorção relevante no nível de afirmações.

Controle interno e externo no setor público. Responsabilidade do auditor em relação à Comunicação de deficiências de controle interno. Responsabilidade do auditor em relação à comunicação com os responsáveis pela governança. Levantamento de contas, tomada de contas e prestação de contas na administração pública.

Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual: finalidade, importância, relação com as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública estabelecidas no Plano Plurianual.

Conteúdo, forma e processo de elaboração de proposta orçamentária. Plano de contas aplicado ao setor público. Aprovação, execução, acompanhamento, controle da execução, fiscalização e avaliação do orçamento público.

Orçamento Público: conceito, classificação, tipos, princípios orçamentários, ciclo orçamentário, elaboração do orçamento, previsões anuais e plurianuais, exercício financeiro, créditos adicionais, orçamento por programas, diretrizes orçamentárias, programação financeira e transferências financeiras.

Receita e despesa públicas: definições, classificações, estágios (etapas), procedimentos contábeis e divulgação (evidenciação), tratamento legal, forma de contabilização, observância dos princípios contábeis. Receitas e



ERRATA 01 - EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019 CÂMARA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO

despesas orçamentárias e extra orçamentárias. Restos a pagar. Dívida pública. Despesas de exercícios anteriores. Operações de crédito.

Princípios, objetivos e efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal no planejamento e no processo orçamentário. Mecanismos de transparência fiscal. Demonstrativos Fiscais: riscos fiscais e providências, metas fiscais, evolução do patrimônio líquido, alienação de ativos, características e conteúdo de cada um dos demonstrativos obrigatórios. Relatório de Gestão Fiscal: características e conteúdo de cada um dos seus componentes.

REFERÊNCIAS

Lei Federal Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

~~Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.~~

Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Manual de demonstrativos fiscais: aplicado à União e aos estados, Distrito Federal e municípios, 9ª edição.

Manual de contabilidade aplicada ao setor público - MCASP, 8ª edição.

BRASIL. Resoluções do CFC (Conselho Federal de Contabilidade), sempre a versão vigente, mais atualizada (R1, R2, R3, ...) na data da publicação do programa:

- NBC TA 200 (objetivos gerais do auditor independente e a condução da auditoria em conformidade com normas de auditoria)
- NBC TA 230 (documentação de auditoria)
- NBC TA 260 (comunicação com os responsáveis pela governança)
- NBC TA 265 (comunicação de deficiências de controle interno)
- NBC TA 300 planejamento da auditoria de demonstrações contábeis)
- NBC TA 315 (riscos de distorção relevante)
- NBC TA 330 (resposta do auditor aos riscos avaliados)
- NBC TA 500 (evidência de auditoria)
- NBC TG 01 (redução ao valor recuperável de ativos)
- NBC TG 03 (demonstração dos fluxos de caixa)
- NBC TG 04 (ativo intangível)
- NBC TG 07 (subvenção e assistência governamentais)
- NBC TG 12 (ajuste a valor presente)
- NBC TG 16 (estoques)
- NBC TG 25 (provisões, passivos contingentes e ativos contingentes)
- NBC TG 26 (apresentação das demonstrações contábeis)
- NBC TG 27 (ativo imobilizado)
- NBC TG 36 (demonstrações contábeis consolidadas)
- NBC TG 47 (receita de contrato com cliente)
- NBC TSP 04 (Estoques)
- NBC TSP 05 (Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente)
- NBC TSP 07 (ativo imobilizado)
- NBC TSP 08 (ativo intangível)
- NBC TSP 11 (apresentação das demonstrações contábeis)
- NBC TSP 17 (demonstrações contábeis consolidadas)
- NBC TSP 21 (combinações no setor público)
- NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL

3. Altera-se no ANEXO III – PROGRAMAS, para o cargo de **OUVIDOR LEGISLATIVO**, que passa a vigorar com a seguinte redação:



ERRATA 01 - EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019 CÂMARA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO

ONDE SE LÊ:

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: OUVIDOR LEGISLATIVO

PROGRAMA

Direito Administrativo – Estrutura administrativa. Atividade administrativa. Poderes e deveres do administrador público. Uso e abuso do poder. Princípios básicos da administração pública: legalidade, moralidade, impessoalidade, razoabilidade, publicidade, eficiência, segurança jurídica, motivação, ampla defesa e contraditório, e interesse público. Poderes administrativos. Serviços públicos. Atos administrativos. Deveres, direitos e responsabilidade dos servidores públicos. Domínio público. Controle da Administração.

Administração Pública – Procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações. A improbidade na administração pública. Pessoas alcançadas pela Lei da Improbidade Administrativa. Títulos (e respectivos capítulos, seções e artigos) da Lei Orgânica do Município de Patrocínio: organização municipal, organização dos poderes, atos municipais, administração financeira, ordem econômica e social, e disposições gerais e transitórias. Títulos (e respectivos capítulos, seções e artigos) do Regimento Interno da Câmara Municipal de Patrocínio: disposições preliminares, mesa da câmara, das comissões, dos vereadores, das sessões legislativas, do debate e da questão de ordem, do processo legislativo, regras gerais de prazo, audiência pública e disposições gerais e finais.

Ouvidoria Pública – Evolução histórica das ouvidorias. Ouvidoria como instrumento de inclusão e controle social. Valorização da ética. O ouvidor público. Ouvidoria e efetividade. Autonomia da ouvidoria pública. Atendimento ao cidadão nas ouvidorias públicas: as ouvidorias públicas e a realização dos direitos de cidadania; a construção de competências profissionais: conhecer e atuar, refletir e transformar; princípios e ações para um bom atendimento; rede de atendimento: em busca de uma atuação colaborativa. A ouvidoria pública em debate: democracia participativa, com seus paradigmas e instrumentos específicos; do instituto do *Ombudsman* à construção das ouvidorias públicas no Brasil; Ouvidor: o defensor dos direitos na administração pública brasileira. O fortalecimento das Ouvidorias como instrumento de controle social: análise e impactos para a aplicação da Lei 13.460/2017. Atuação das Ouvidorias perante o cidadão moderno. As Ouvidorias Legislativas e o seu papel na reconstrução das atividades típicas do Poder Legislativo. Ouvidoria como ferramenta organizacional estratégica. Ouvidoria Pública como instrumento de participação social e função essencial à gestão pública moderna. Modelos de ouvidorias públicas no Brasil. Ouvidorias públicas como instrumentos para o fortalecimento da democracia participativa e para a valorização da cidadania. Ouvidorias públicas e conselhos de políticas. Ouvidorias e o uso público da razão: proposta de um modelo ideal-possível à luz dos atos normativos das ouvidorias públicas federais no Brasil. Paradigmas de ouvidoria pública e proposta de mudança. Dispositivos sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública contidos na Lei nº 13.460, de 26/06/2017.

Perícia, Arbitragem e Mediação – Dispositivos sobre arbitragem, perito e prova pericial no Código de Processo Civil Brasileiro (Lei Federal Nº 13.105/2015), sobre arbitragem (Lei Federal Nº 9.307/1996) e sobre a mediação (Lei Federal Nº 13.140/2015). Noções gerais sobre mediação. Objetivos e funções do mediador.

Planejamento e Orçamento Público – Evolução histórica e correlação orçamento/planejamento. Princípios orçamentários, orçamento tradicional e orçamento-programa. Orçamento na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na Lei Orgânica do Município de Patrocínio e na Lei Federal Nº 4.320/1964 e respectivas atualizações: Plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual. Processo de



ERRATA 01 - EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019 CÂMARA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO

elaboração da proposta orçamentária. Classificações orçamentárias da despesa e da receita. Créditos adicionais. Execução do orçamento e controle da execução orçamentária. Programação da despesa, empenho, liquidação e pagamento da despesa. Suprimento de fundos. Despesas de exercícios anteriores. Restos a pagar. Licitações públicas (Leis Federais Nº 8.666/1993 e Nº 10.520/2002 e respectivas atualizações): conceito, finalidades, princípios, objeto, obrigatoriedade, dispensa, inexigibilidade, modalidades, pregão eletrônico. Contrato administrativo: conceito, formalização, alteração, execução, inexecução e rescisão. Lei Complementar Federal Nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e suas atualizações: inovações introduzidas; efeitos no planejamento e no processo orçamentário; limites para despesas de pessoal; limites para a dívida; transferências voluntárias; gestão patrimonial; Mecanismos de transparência, controle e fiscalização.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000. Lei de responsabilidade fiscal.

BRASIL. Lei nº 4.320 de 17/03/1964.

BRASIL. Lei nº 8.429 de 02/06/1992.

BRASIL. Lei nº 8.666 de 21/06/1993.

BRASIL. Lei nº 9.307 de 23/09/1996.

BRASIL. Lei nº 10.520 de 17/07/2002.

BRASIL. Lei nº 12.527 de 18/11/2011.

BRASIL. Lei nº 13.105 de 16/03/2015.

BRASIL. Lei nº 13.140 de 26/06/2015.

BRASIL. Lei nº 13.460 de 26/06/2017.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, OUVIDORIA-GERAL DA UNIÃO. Orientações para atendimento ao cidadão nas ouvidorias públicas. Brasília, 2013. Disponível em: <https://www.cgu.gov.br/Publicacoes/ouvidoria/arquivos/ogu-atendimento-cidadao.pdf>

GIACOMONI, J. Orçamento público. São Paulo: Atlas, 2005.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Texto para discussão nº 1480. Ouvidoria pública como instrumento de mudança. Antonio Semeraro Rito Cardoso. Brasília, março de 2010.

LYRA, Rubens Pinto (ORG.). Autônomas x obedientes: a Ouvidoria Pública em debate. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2004.

MACHADO JR, J. Teixeira e REIS, Heraldo da Costa. A Lei n. 4.320 Comentada e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Rio de Janeiro: IBAM, 2010.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2012.

MENEZES, Ronald do Amaral; CARDOSO, Antonio Semeraro Rito. Ouvidoria pública brasileira: reflexões, avanços e desafios. Brasília: IPEA, 2016.

PATROCÍNIO. Câmara Municipal. Lei Orgânica do Município de Patrocínio – MG, de 21 de abril de 1990. Disponível em: <https://www.patrocinio.mg.leg.br/leis/lei-organica-municipal/view>

PATROCÍNIO. Câmara Municipal. Regimento interno da câmara municipal de patrocínio (Resolução nº 55, de 11 de julho de 2017). Disponível em: <https://www.patrocinio.mg.leg.br/leis/lei-organica-municipal/view>

Revista Científica da Associação Brasileira de Ouvidores/Ombudsman (ABO) São Paulo (SP) 2019, Ano 2 - nº 2 – 2019.



ERRATA 01 - EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019 CÂMARA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO

Revista Científica da Associação Brasileira de Ouvidores/Ombudsman (ABO) São Paulo (SP) 2017, Ano 1 - nº 1 - 2017/2018.

LEIA-SE:

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: OUVIDOR LEGISLATIVO

PROGRAMA

Direito Administrativo – Estrutura administrativa. Atividade administrativa. Poderes e deveres do administrador público. Uso e abuso do poder. Princípios básicos da administração pública: legalidade, moralidade, impessoalidade, razoabilidade, publicidade, eficiência, segurança jurídica, motivação, ampla defesa e contraditório, e interesse público. Poderes administrativos. Serviços públicos. Atos administrativos. Deveres, direitos e responsabilidade dos servidores públicos. Domínio público. Controle da Administração.

Administração Pública – Procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações. A improbidade na administração pública. Pessoas alcançadas pela Lei da Improbidade Administrativa. Títulos (e respectivos capítulos, seções e artigos) da Lei Orgânica do Município de Patrocínio: organização municipal, organização dos poderes, atos municipais, administração financeira, ordem econômica e social, e disposições gerais e transitórias. ~~Títulos (e respectivos capítulos, seções e artigos) do Regimento Interno da Câmara Municipal de Patrocínio: disposições preliminares, mesa da câmara, das comissões, dos vereadores, das sessões legislativas, do debate e da questão de ordem, do processo legislativo, regras gerais de prazo, audiência pública e disposições gerais e finais.~~

Ouvidoria Pública – Evolução histórica das ouvidorias. Ouvidoria como instrumento de inclusão e controle social. Valorização da ética. O ouvidor público. Ouvidoria e efetividade. Autonomia da ouvidoria pública. Atendimento ao cidadão nas ouvidorias públicas: as ouvidorias públicas e a realização dos direitos de cidadania; a construção de competências profissionais: conhecer e atuar, refletir e transformar; princípios e ações para um bom atendimento; rede de atendimento: em busca de uma atuação colaborativa. A ouvidoria pública em debate: democracia participativa, com seus paradigmas e instrumentos específicos; do instituto do *Ombudsman* à construção das ouvidorias públicas no Brasil; Ouvidor: o defensor dos direitos na administração pública brasileira. O fortalecimento das Ouvidorias como instrumento de controle social: análise e impactos para a aplicação da Lei 13.460/2017. Atuação das Ouvidorias perante o cidadão moderno. As Ouvidorias Legislativas e o seu papel na reconstrução das atividades típicas do Poder Legislativo. Ouvidoria como ferramenta organizacional estratégica. Ouvidoria Pública como instrumento de participação social e função essencial à gestão pública moderna. Modelos de ouvidorias públicas no Brasil. Ouvidorias públicas como instrumentos para o fortalecimento da democracia participativa e para a valorização da cidadania. Ouvidorias públicas e conselhos de políticas. Ouvidorias e o uso público da razão: proposta de um modelo ideal-possível à luz dos atos normativos das ouvidorias públicas federais no Brasil. Paradigmas de ouvidoria pública e proposta de mudança. Dispositivos sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública contidos na Lei nº 13.460, de 26/06/2017.

Perícia, Arbitragem e Mediação – Dispositivos sobre arbitragem, perito e prova pericial no Código de Processo Civil Brasileiro (Lei Federal Nº 13.105/2015), sobre arbitragem (Lei Federal Nº 9.307/1996) e sobre a mediação (Lei Federal Nº 13.140/2015). Noções gerais sobre mediação. Objetivos e funções do mediador.

Planejamento e Orçamento Público – Evolução histórica e correlação orçamento/planejamento. Princípios orçamentários, orçamento tradicional e orçamento-programa. Orçamento na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na Lei Orgânica do Município de Patrocínio e na Lei Federal Nº 4.320/1964 e



ERRATA 01 - EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019 CÂMARA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO

respectivas atualizações: Plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual. Processo de elaboração da proposta orçamentária. Classificações orçamentárias da despesa e da receita. Créditos adicionais. Execução do orçamento e controle da execução orçamentária. Programação da despesa, empenho, liquidação e pagamento da despesa. Suprimento de fundos. Despesas de exercícios anteriores. Restos a pagar. Licitações públicas (Leis Federais Nº 8.666/1993 e Nº 10.520/2002 e respectivas atualizações): conceito, finalidades, princípios, objeto, obrigatoriedade, dispensa, inexigibilidade, modalidades, pregão eletrônico. Contrato administrativo: conceito, formalização, alteração, execução, inexecução e rescisão. Lei Complementar Federal Nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e suas atualizações: inovações introduzidas; efeitos no planejamento e no processo orçamentário; limites para despesas de pessoal; limites para a dívida; transferências voluntárias; gestão patrimonial; Mecanismos de transparência, controle e fiscalização.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000. Lei de responsabilidade fiscal.

BRASIL. Lei nº 4.320 de 17/03/1964.

BRASIL. Lei nº 8.429 de 02/06/1992.

BRASIL. Lei nº 8.666 de 21/06/1993.

BRASIL. Lei nº 9.307 de 23/09/1996.

BRASIL. Lei nº 10.520 de 17/07/2002.

BRASIL. Lei nº 12.527 de 18/11/2011.

BRASIL. Lei nº 13.105 de 16/03/2015.

BRASIL. Lei nº 13.140 de 26/06/2015.

BRASIL. Lei nº 13.460 de 26/06/2017.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, OUVIDORIA-GERAL DA UNIÃO. Orientações para atendimento ao cidadão nas ouvidorias públicas. Brasília, 2013. Disponível em: <https://www.cgu.gov.br/Publicacoes/ouvidoria/arquivos/ogu-atendimento-cidadao.pdf>

GIACOMONI, J. Orçamento público. São Paulo: Atlas, 2005.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Texto para discussão nº 1480. Ouvidoria pública como instrumento de mudança. Antonio Semeraro Rito Cardoso. Brasília, março de 2010.

LYRA, Rubens Pinto (ORG.). Autônomas x obedientes: a Ouvidoria Pública em debate. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2004.

MACHADO JR, J. Teixeira e REIS, Heraldo da Costa. A Lei n. 4.320 Comentada e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Rio de Janeiro: IBAM, 2010.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2012.

MENEZES, Ronald do Amaral; CARDOSO, Antonio Semeraro Rito. Ouvidoria pública brasileira: reflexões, avanços e desafios. Brasília: IPEA, 2016.

PATROCÍNIO. Câmara Municipal. Lei Orgânica do Município de Patrocínio – MG, de 21 de abril de 1990. Disponível em: <https://www.patrocínio.mg.leg.br/leis/lei-organica-municipal/view>

~~PATROCÍNIO. Câmara Municipal. Regimento interno da câmara municipal de patrocínio (Resolução nº 55, de 11 de julho de 2017). Disponível em: <https://www.patrocínio.mg.leg.br/leis/lei-organica-municipal/view>~~

Revista Científica da Associação Brasileira de Ouvidores/Ombudsman (ABO) São Paulo (SP) 2019, Ano 2 - nº 2 – 2019.



ERRATA 01 - EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019 CÂMARA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO

Revista Científica da Associação Brasileira de Ouvidores/Ombudsman (ABO) São Paulo (SP) 2017, Ano 1 - nº 1 - 2017/2018.

- 4.** Ficam ratificadas as demais disposições do Edital do Concurso Público nº 01/2019, de 24 de setembro de 2019.
- 5.** O Edital do Concurso Público nº 01/2019 será consolidado de forma a contemplar estas retificações e complementações.
- 6.** Esta errata entra em vigor na data de sua publicação.

Patrocínio, 27 de setembro de 2019.

Florisvaldo José de Souza
Câmara Municipal de Patrocínio